



CÂMARA MUNICIPAL  
**PAREDES**

97

**CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES**

QUADRIÉNIO 2021/2025

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 15/22**

**2022/11/17**

\_\_\_\_\_ 07 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ J. Casp \_\_\_\_\_

### QUADRIÊNIO 2021/2025


#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Aos dezassete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores

ELIAS ACÁCIO DA SILVA BARROS, FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES DUARTE GEADA, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, TÂNIA PATRICIA MOREIRA BENTO RIBEIRO, RENATO CARDOSO DE ALMEIDA, LUÍS RICARDO MOREIRA DE SOUSA E MANUEL DE ALMEIDA VIEIRA.

A reunião foi secretariada por Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe da Divisão Administrativa da Câmara Municipal.

Sendo dez horas e vinte minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

## 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, verificando-se as intervenções do Senhor vereador Ricardo Sousa e do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Interveio o Senhor vereador Ricardo Sousa que disse o seguinte: “Senhor Presidente, tenho algumas perguntas para fazer, umas são recorrentes e como sempre, espero respostas claras pois não está só a responder-me a mim, mas também a todos aqueles que se identificarem com as perguntas para o interesse superior do Município. Desde o início do mandato anterior, mas incisivamente desde o presente mandato em praticamente todas as reuniões temos questionado sobre um assunto que está a prejudicar gravemente o Rio Ferreira. Está identificado que é um problema que tem a ver com a ETAR de Arreigada e não vou dizer o que o Senhor Presidente, tem vindo a responder, está nas atas e têm sido ditas várias coisas diferentes. Questionámos na penúltima reunião se já havia adutores, se podíamos visitar, foi-nos dito que desistiram dessa ideia, que se ia fazer uma ETAR nova e se iria abordar o Ministro. Publicamente houve alguns desenvolvimentos nomeadamente intervenções do Presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira que também é responsável pelo que se está a passar e do Ministro da tutela. Disse-nos que o próximo passo seria construir uma ETAR porque a outra não respondia, algo que nos tinha dito no passado, o Ministro não se comprometeu com isso, disse que estava a analisar. Pergunto se vamos ter ou não a ETAR? Mais grave do que isso, eu posso citar uma intervenção sua em 2018, quando estava acompanhado do então Vice-Presidente, do Vice-Presidente do Município de Paços de Ferreira relacionada com o tempo estimado para a resolução do problema. Questiono se há alguma perspetiva de tempo para a resolução do problema? É que nós percebemos quanto tempo demorou a construir aquela ETAR e queremos saber se há alguma previsão de tempo porque nós todos percebemos que a questão do adutor seria provisória e parece que agora não temos rede e que não há qualquer solução provisória. Quero também perguntar se efetivamente foi ou não transferida pelo Ministério do Ambiente para o Município, alguma verba solicitada através de requerimentos apresentados na Assembleia da República para despoluição de partes

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

do Rio Ferreira? Queria que me confirmasse e qual o valor da verba em causa que está ao cuidado do Município para quando for necessário proceder à execução da limpeza e despoluição do rio. Na reunião de 10 de outubro, nós questionámos sobre as refeições que são servidas nas escolas EB 2/3 e escolas secundárias e foi-nos dito tratar-se de um caso esporádico e isolado de um aluno mimado, que não gostava de comer na escola, que estava a fazer birra e que sobre o assunto foi consultado o subdiretor da escola. No dia 11 de outubro, após essa resposta voltamos a ver quase um levantamento de rancho devido a uma série de refeições escolares em vários locais. A resposta que foi dada sobre esta ocorrência foi precisamente a mesma, que era um caso isolado e eu pergunto se os casos isolados acontecem todos os dias e são todos casos isolados ou vamos realmente preocupar-nos com o assunto? De facto, é um assunto grave e há muitas pessoas para quem esta refeição que fazem na escola talvez seja a mais importante se fosse num contexto em que elas efetivamente correspondessem às expectativas. Eu nem vou falar de fotografias porque, de facto, continuam a circular e a chegar-me fotografias, inclusive na segunda-feira passada foi servido arroz com atum. Eu pergunto se é verdade que o que é servido juntamente com o arroz é ¼ de lata de atum? Eu não sou um entendido em questões de nutrição, mas tenho curiosidade em saber se isso é assim ou não? Foi-nos dito que estava garantida a substituição da nutricionista, mas quero confirmar também quem fez o seu trabalho enquanto ela esteve de licença de maternidade? No nosso entender, este é um assunto demasiado grave e agradecia que o Senhor Presidente fosse claro nas respostas porque é vital para os nossos alunos. Também solicitámos visitas aos centros escolares e às secundárias com conhecimento no próprio dia, com o objetivo de acompanharmos as refeições e percebemos que a preocupação de alguns após essas notícias foi fazer esse caminho. Nós entendemos que também temos o dever de o fazer no sentido de se tentar resolver da melhor forma o assunto. Reformulo a questão se a partir deste momento, devidamente articulados com os agrupamentos escolares, temos ou não autorização para fazer essas visitas aos centros escolares, às EB 2/3 e às secundárias para acompanhar as respetivas refeições? Não queremos politizar este assunto, mas queremos ajudar a resolver um problema e também deve perceber que se existir um fator surpresa, não devemos nos dias anteriores contactar quem quer que seja para divulgar, ainda por cima se for alguém que a nós não nos transmita essa confiança para que, efetivamente, possamos de forma clara fazer essa visita surpresa. Queríamos uma resposta à altura a essa questão que colocámos no sentido de podermos ou não fazer essas visitas porque a nós não nos preocupam as fotografias. Houve a sensação de que terá havido uma

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

tentativa de os alunos não disporem de liberdade ou tivessem sido condicionados na utilização dos respetivos telemóveis para tirarem fotografias à vontade no espaço da cantina, nomeadamente na altura da refeição e gostaríamos de saber se foi assim ou não. Aquando da discussão do Plano Estratégico de Habitação, o que estava destinado de habitação social para uma série de freguesias em nosso entender era diminuto e na altura fiz uma pergunta específica acerca da Cidade de Rebordosa à qual estava destinada uma habitação social. Na Assembleia de Freguesia, a Senhora Presidente da Junta foi questionada sobre se tinha conhecimento ou se sabia se era só uma habitação social ou não e informou que a Cidade de Rebordosa não estava contemplada com habitação social. Queria saber se está ou não e se o Senhor Presidente entende que o Plano apresentado com aquele número de habitações para uma série de freguesias corresponde às necessidades do Município? Queria também saber se já tem novidades sobre o licenciamento da exploração das minas na freguesia da Sobreira porque este é também um assunto pertinente. Na última reunião informaram-nos que estava a ser preparado um plano energético e pergunto se há algum plano de poupança energética pronto porque segundo as notícias, vai ser preciso. Perante isso qual vai ser o nosso comportamento e atuação nomeadamente com a iluminação de Natal? Qual é o Plano, vai ou não haver iluminação de Natal e onde? Senhor Presidente, questionámos na altura o porquê da aquisição de 3 viaturas usadas, perguntei também se a base de licitação tinha sido o eurotax e gostávamos que nos esclarecesse quais são as viaturas, designadamente marca, modelo e ano. Dado o aumento exponencial do custo de vida quero perguntar também se já temos algum plano de apoio às famílias para fazer face às dificuldades atuais e futuras. Em tempos foi feito um inquérito por uma revista municipal e se existem conclusões, gostaria que nos fizessem saber quais foram essas conclusões. Gostávamos de reforçar e já em tempos o fizemos, mas o Senhor Presidente entendeu que não e acho que no passado o Senhor tinha uma opinião contrária, não acha que já era tempo de as reuniões de Câmara serem transmitidas via Facebook para todos os paredenses sempre que o quisessem terem acesso às reuniões de Câmara? Disse-nos que não tinha disponibilidade de espaço para gabinetes para os vereadores da oposição, a dada altura, se tivemos gabinete até podíamos dispensá-lo a essas empresas que servem as refeições escolares porque se forem assim casos esporádicos quase que vão precisar de um gabinete na Câmara. Disse-nos, entretanto, que disponibilizaria o Salão Nobre e pergunto-lhe quais são os dias e horários em que o Salão Nobre está disponível para nós podermos usar para efetuarmos as nossas tarefas e funções. Nas

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 


modificações orçamentais há uma redução de valor nas funções sociais de 102.500 € e pergunto se foi uma poupança por não ter sido necessário, de que se trata? Na delegação de competências na área da Educação, apercebeu-se claramente, até pelo comunicado da ANMP que o Governo não cumpre com aquilo que estava contratualizado com os municípios. Gostava de saber quanto é que o Município de Paredes vai perder ou vai ter que suportar devido a este incumprimento do Governo? Nos pagamentos, volta a constar um pagamento à sociedade de advogados Ricardo Bexiga, Oliveira e Silva & Associados no valor de € 14.464,80 e eu gostava de saber quanto é que já transferimos este ano para esta sociedade de advogados, atendendo a que no passado havia uma avença com um escritório de advogados do exterior e muito se criticou porque se pagava muito? Na última reunião veio elencado o nome NR e NRV, isto não é uma perseguição a ninguém, mas no pagamento vem Associação de Ciclismo Nuno Ribeiro e Rui Vinhas. Não era para ser alterado o nome segundo o Senhor Presidente disse há uma série de reuniões atrás para Associação de Ciclismo de Paredes? Há aqui uma série de pagamentos a Ana Rita Silva Rocha, mais de 6 mil euros, isto é uma empresa de limpeza, onde é que faz limpezas, o Município não tem funcionários para fazer limpezas, a que é que isto reporta? Gostava de saber ainda quanto é que vai custar a ajuda às festas de S. Pedro da Sobreira no espaço municipal na sede do Concelho? Já percebi que supostamente nós vamos disponibilizar o espaço e pergunto, que outros apoios vai a Câmara disponibilizar? Partindo desse princípio e temos essa obrigação, temos que dar o mesmo apoio a todas as festas no Concelho e muitas vezes as Festas de S. Pedro até coincidem com as festas de Rebordosa.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Em relação à questão da ETAR, já foram realizados pelo Município de Paços de Ferreira investimentos para corrigir alguns problemas detetados e nós também realizámos alguns que entendemos que eram necessários, nomeadamente a limpeza e oxigenação do Rio Ferreira na parte de Lordelo. Foi um investimento que fizemos e que correu muito bem, se passar por lá verá que a ETAR com os investimentos adicionais está a funcionar melhor, não como deve funcionar, mas está a funcionar melhor e com a limpeza que nós fizemos, as margens e o Rio ficaram muito melhores. Não recebemos verba nenhuma para a despoluição do Rio Ferreira, temos é uma candidatura para qualificar as margens do rio até Sobrado e o prazo para a nova ETAR é o mais breve possível. Como sabe, para fazer uma ETAR são precisos estudos e garantir financiamentos e, portanto, o mais breve possível é o

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

prazo que se impõe para a realização da nova ETAR. A Câmara de Paços de Ferreira é que é a responsável pela realização deste investimento, já fez, não resultou e agora terá que fazer um outro, não é a Câmara de Paredes, nós somos os prejudicados. Quanto aos prejuízos que nos estão a causar, isso é outra questão, mas depois cá estaremos para retirar conclusões a esse nível. Quanto à questão das refeições escolares, volto a dizer-lhe que aquele problema se tratou de um caso isolado em Rebordosa e nós tivemos oportunidade de lá ir no dia seguinte. Foi um caso isolado pela sua gravidade, isto é, não havia ingredientes para fazer aquela refeição, houve uma tentativa de a preparar com os ingredientes disponíveis e não resultou, daí dizer que foi um caso isolado porque nos outros casos pode haver uma deficiência como é normal quando se trata de cozinhar milhares de refeições para crianças. Agora, não pode é acontecer aquilo que aconteceu em Rebordosa e por essa razão é que nós promovemos imediatamente uma série de reuniões com todos os intervenientes nesta matéria, a empresa, as associações de pais, os diretores dos agrupamentos e foram tomadas medidas nomeadamente a contratação de alguém para acompanhamento das cantinas. Não é um trabalho de nutricionista, temos uma profissional da área que enquanto está de licença de maternidade é substituída por outra nutricionista, mas foi colocada uma pessoa para fazer um acompanhamento muito preciso, designadamente ver se os ingredientes chegam à cantina convenientemente e para além disso, se os alimentos estão a ser bem confecionados e a ser devidamente empratados. Inclusive, uma das questões que saiu daquelas reuniões foi que se deveria uniformizar o prato para todos, independentemente do fato de as crianças comerem ou não o que for servido. Como é óbvio, não foi dada qualquer instrução para não fotografarem os pratos, podem fazê-lo à vontade, não temos qualquer problema em relação a isso. Relativamente à habitação social, como deve entender, estes investimentos tinham que começar por algum lado e o mais lógico seria começar por onde a Câmara já dispunha de terrenos com capacidade para edificar habitação social. Por isso é que vamos começar na Madalena, logo de seguida vão ser feitos mais investimentos em Paredes que já estão a ser projetados, vão ser feitas obras nas habitações sociais que já dispomos em Cristelo por forma a melhorar as condições e também nas habitações sociais na Madalena. Já estão a ser elaborados projetos para os terrenos que a Câmara dispõe em Vandoma e no caso das freguesias onde a Câmara não possui terrenos, teremos que identificar terrenos com capacidade para fazer essas habitações sociais, adquiri-los e construir habitação social. Já que falou em Rebordosa, por exemplo, poderemos equacionar a construção de habitação social no terreno onde estava previsto

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

construir o segundo Centro Escolar ou mesmo adquirir terrenos para esse fim, são situações que estamos a equacionar. Relativamente às minas de Castromil, o processo está exatamente igual ao que estava da última vez que abordei este assunto, portanto, estamos à espera do estudo de impacto ambiental, nós emitimos um parecer negativo em relação àquilo que nos tinham apresentado e agora o estudo de impacto ambiental é que vai definir o caminho a seguir. Quanto ao Plano de Poupança Energética, efetivamente já começámos a atuar, as luminárias já foram substituídas por lâmpadas led, tirando uma parte de Rebordosa e de Lordelo que não foram incluídas nesse procedimento tendo em conta o facto de lá operarem a CELER e a LORD e não a EDP o que já permite uma poupança muito grande. Em Rebordosa e Lordelo estamos a mexer com os horários da iluminação e mesmo a ponderar desligar algumas lâmpadas porque têm uma luminosidade muito superior a outros parques do Concelho e que nesta altura poderemos prescindir de algumas luminárias. Como não poderia deixar de ser, vamos na mesma apostar na iluminação de Natal, porque o Natal, tal como outros momentos do ano, é uma excelente oportunidade para o comércio local. Se o comércio local não for apoiado em alturas como esta, quando é que vai ser apoiado? É disso que o comércio local vive e não interessava estarmos a dar vida às cidades e depois, nestas alturas, não fizéssemos o mesmo. O que podemos dizer é que o horário de funcionamento da iluminação de Natal vai ser restringido face ao do ano passado, ou seja, se no ano passado podia estar ligada até às duas da manhã, este ano, por exemplo, poderá estar ligada até à meia noite, no fundo, coincidir com o horário que faz mais sentido para o comércio local. Quanto à questão da compra das viaturas usadas, peço ao Senhor vereador Renato Almeida que faça chegar essa informação ao Senhor vereador. Relativamente aos apoios sociais, dizer-lhe que como líder do PSD e no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, recebeu um documento com as principais medidas que nós temos para o Orçamento em que uma delas dizia exatamente o seguinte: *"a dotação orçamental para apoios sociais será reforçada em 50% face a 2022."* Isto responde à sua pergunta, mas nós pedimos às oposições para até ao dia de hoje nos fazerem chegar as suas posições e inclusive, sugerimos uma reunião presencial para hoje às 17.00 horas. Para já ainda não nos fez chegar nenhuma comunicação, também não sabemos se vai estar presente na reunião, só tivemos a confirmação de uma força política, mas estamos disponíveis para esclarecer as dúvidas que tenham em relação ao Orçamento de 2023 que vai ser um Orçamento extraordinário, talvez o ano em que mais obras e mais investimentos vão ser feitos no Concelho de Paredes. No que diz respeito ao inquérito, realmente foi feito esse inquérito, depois a



\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

empresa compilou as conclusões e vou dar instruções à minha Chefe de Gabinete para fazer chegar as respetivas conclusões ao Senhor vereador. Quanto à questão da publicitação das reuniões de Câmara no Facebook, já respondemos em relação a isso, ou seja, há uma reunião que é pública e como tal aberta a qualquer cidadão que queira assistir, as galerias estão acessíveis e depois a segunda reunião não é pública. Relativamente à questão dos gabinetes, logo aí se vê que vocês não querem fazer política com a questão das refeições escolares, quando diz que se calhar vão precisar de gabinetes para receber a empresa fornecedora das refeições. Como já lhe disse, a Câmara não dispõe de gabinetes para a oposição e aquilo que eu disse não foi que podiam usar o Salão Nobre em dias específicos. O que eu disse e mantenho foi que, quando quiserem consultar um processo qualquer solicitam esse pedido e podem fazê-lo no Salão Nobre, não é ocuparem-no em dias e horários específicos. É óbvio que não vão fazer do Salão Nobre o vosso gabinete. Relativamente à questão orçamental, vou pedir ao Senhor vereador Renato Almeida que especifique quais foram as alterações orçamentais para fazer chegar ao Senhor vereador. Quanto ao valor que nós podemos ter de suportar a expensas do nosso Orçamento pelo não recebimento de verbas do Governo com a delegação de competências na área da Educação, nós estamos a fazer um acompanhamento mensal, quando chegarmos ao final do ano iremos fazer as contas finais porque só nessa altura é que saberemos todos os custos em que incorremos e todas as verbas arrecadadas e no início do ano far-lhe-emos chegar essa informação face a 2022. Peço também que faça chegar a relação de todos os casos que estejam a ser tratados, quer pelo gabinete do Dr. Ricardo Bexiga, quer pelo gabinete do Dr. Ricardo Machado e quanto foi pago este ano, que trabalham por processos e não com avenças, se nós não tivermos casos não temos que estar a pagar a advogados. Relativamente à questão do ciclismo, vou falar com eles novamente, mas esse processo deve estar em andamento para resolver isso. Quanto à questão da empresa de limpeza, efetivamente houve um concurso para limpeza de pavilhões porque tínhamos necessidade de limpeza a esse nível, houve uma empresa que ganhou que foi a que foi referida e, portanto, está a fazer limpeza nos pavilhões, aliás, o próprio concurso dizia que era para limpeza nos pavilhões e nos vários equipamentos do Município. Relativamente à realização de eventos que possam ser feitos por comissões de festas, aquilo que disse não é verdade, ou seja, eu já lhe disse mais do que uma vez que se a Câmara fosse para ser gerida por um computador não estava cá eu e estou cá eu para entender aquilo que devo ou não autorizar. Se me é apresentada uma proposta por uma Comissão de Festas que pode apresentar um espetáculo e que eu entenda que pode ser uma mais-

\_\_\_\_\_ 97 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Karyp \_\_\_\_\_

valia e são eles que organizam e depois podem retirar algum proveito financeiro, não vejo problema nenhum. Não podemos, nem isso vai acontecer, é estar a fazer todos os meses espetáculos humorísticos, se for uma coisa de três em três meses podemos anuir. Vamos passar a ter um novo equipamento que é o Auditório Municipal e Centro de Congressos que vai ter que ser dinamizado e vai sê-lo com o Conservatório de Música, com o Conservatório de Dança, com grupos de teatro e pode perfeitamente ser dinamizado pelas comissões de festas, não vejo qualquer problema. Agora, não veja nisso uma obrigação, se eu entender que uma Comissão de Festas não tem capacidade para fazer um espetáculo e que não se enquadra na programação que nós pretendemos para aquele espaço, não iremos apoiar. Quanto ao apoio que viu, trata-se de um cartaz extraordinário, eu tenho muita pena de não estar cá no dia 19 porque não deixaria de estar presente no Multiusos de Paredes porque não tenho dúvidas de que é um espetáculo de qualidade superior. Como não poderia deixar de ser, nós vamos apoiar com a parte logística, isto é, anunciamos o espetáculo, acho que isso engrandece e devíamos levar ao conhecimento de todas as pessoas que mediante a compra de um bilhete cujo preço não é nada de especial tenha a oportunidade de ver um espetáculo de grande categoria num espaço fabuloso. Vamos suportar os custos com a colocação do linóleo para a colocação de cadeiras, do palco, do som e luz, esses são os custos com a logística.

## 2 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o resumo diário de tesouraria referente ao dia dezasseis de novembro do corrente ano, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento da existência dos seguintes saldos:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: quatro milhões seiscentos e quarenta e quatro mil quarenta e três euros e cinquenta e três cêntimos.

OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: três milhões quatrocentos e oitenta e dois mil cento e oitenta e dois euros e noventa e dois cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

3 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 37ª ALTERAÇÃO ANO 2022 - 33ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ANOS SEGUINTE - 32ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - 26º ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, a modificação ao orçamento 37ª alteração ano 2022 - 33ª alteração permutativa ao orçamento da despesa e anos seguintes - 32ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos - 26º alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

4 - PAGAMENTOS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente da Divisão de Contabilidade e Finanças, com o número de identificação de processo geral, setenta e seis mil seiscientos e sessenta, datada de onze de novembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, a relação de pagamentos efetuados no período de vinte e quatro de outubro a quatro de novembro do corrente ano, no montante de dois milhões quatrocentos e catorze mil duzentos e noventa e sete euros e trinta e quatro cêntimos.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

5 - ADENDAS AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEIS CONTRAÍDOS JUNTO DO BEI - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foram presentes à reunião, as minutas das adendas aos contratos de financiamento reembolsáveis contraídos junto do BEI.

Colocado o assunto a votação,

\_\_\_\_\_ 97 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Kasp \_\_\_\_\_

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR AS MINUTAS DAS ADENDAS AOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEIS CONTRAÍDOS JUNTO DO BEI DEVIDAMENTE ACOMPANHADAS DOS PLANOS DE UTILIZAÇÃO E REEMBOLSO E REGISTO DOS COMPROMISSOS FUTUROS (ANEXO II) RESPEITANTES AO SERVIÇO DA DÍVIDA DE CONFORMIDADE, DOCUMENTOS INTEGRALMENTE REPRODUZIDOS EM ANEXO À PRESENTE PROPOSTA COM VISTA À RESPETIVA OUTORGA E REMESSA A RECOLHA DO VISTO PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS.

#### 6 - CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO DE CAIXA PARA TRABALHADORA DO BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO/ESPAÇO DE CIDADÃO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão Administrativa, com o número de identificação de processo geral, setenta e três mil trezentos e vinte e nove, datada de vinte e oito de outubro do corrente ano, a propor ao Executivo a constituição de um fundo de caixa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO DE CAIXA NO VALOR DE € 150 CUJO PERÍODO DE UTILIZAÇÃO DEVERÁ SER ANUAL, NOS TERMOS DA NORMA DE CONTROLO INTERNO CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

#### 7 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXAS - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação com o número de identificação de processo geral setenta e seis mil setecentos e três, datada de onze de novembro do corrente ano, proveniente da Divisão Administrativa - Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, a remeter ao Executivo Municipal, para ratificação, 03 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento de taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

\_\_\_\_\_ 97 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Kasp \_\_\_\_\_

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, RATIFICAR OS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE ISENTARAM AS ENTIDADES CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS.

#### 8 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião, uma informação com o número de identificação de processo geral setenta e seis mil setecentos e nove, datada de onze de novembro do corrente ano, proveniente da Divisão Administrativa - Secção de Expediente, Serviços Gerais e Taxas e Licenças, a remeter ao Executivo Municipal, 04 processos relacionados com pedidos de isenção do pagamento das taxas das licenças inerentes à realização de eventos diversos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR OS PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS DAS LICENÇAS INERENTES À REALIZAÇÃO DOS VÁRIOS EVENTOS CONSTANTES DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

#### 9 - CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO PARA REALOJAMENTO DA COMUNIDADE CIGANA - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO GESTOR DE CONTRATO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Gestão de Obras Municipais com o número de identificação de processo geral trinta e quatro mil duzentos e cinquenta e três, datada de nove de novembro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a alteração do gestor do contrato relacionado com a construção de empreendimento para realojamento da Comunidade Cigana.

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse: “Como sabem, o Código de Contratação Pública, para além da figura da fiscalização que é exercida pelos engenheiros que acompanham a obra, prevê igualmente a figura de um gestor de contrato que gere o contrato do início ao fim, quer sejam as peças para a consignação, quer depois todos os pedidos de análise dos autos, dos pagamentos, ver se a obra está dentro do prazo. Nós tínhamos colocado um engenheiro que está muito absorvido com a fiscalização de outras obras e agora estamos a alterar essa figura de gestor até porque passámos a contar com mais um engenheiro na Divisão de Gestão de Obras Municipais. É isso que está aqui em causa, dar nota também de que esta obra vai arrancar antes do final deste mês.”

Usou da palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou: “Só para confirmar o que disse, efetivamente passa do engenheiro Márcio Mota Pereira para o engenheiro Manuel Agonia só por uma questão de dinâmica e de sobrecarga do engenheiro Márcio Mota Pereira.”

O Senhor Presidente da Câmara interveio novamente e esclareceu: “O engenheiro Márcio está mais na parte da fiscalização, por exemplo, está com a fiscalização do Auditório Municipal e se nós não tivéssemos este elemento disponível nestes serviços, seria ele a fazer a parte da gestão deste processo até porque a fiscalização desta obra está entregue ao engenheiro Filipe Martins que está a concluir a fiscalização do Estádio das Laranjeiras. Mas, uma vez que o engenheiro Agonia passou a exercer funções também nas Obras Municipais, queremos coloca-lo como gestor dos vários contratos que vão aparecer a partir de agora. Vai verificar que todos os contratos que tiverem que vir a reunião de Câmara tê-lo-ão como gestor do contrato.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO RELACIONADO COM A CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO PARA REALOJAMENTO DA COMUNIDADE CIGANA – MANUEL AGONIA COSTA GRAÇA CONFORME DESPACHO DATADO DE CATORZE DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO.

\_\_\_\_\_ 97 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Kasp \_\_\_\_\_

10 - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO


Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, com o número de identificação de processo geral setenta e dois mil setecentos e noventa e quatro, datada de três de novembro do corrente ano, relacionada com o pedido de reconhecimento de interesse público da obra de construção de Unidade de Cuidados Continuados efetuado pela Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa, Fundação de Solidariedade Social.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que afirmou o seguinte: “A Obra de Assistência Social da Freguesia de Sobrosa está a desenvolver um projeto para uma obra a implantar num terreno que apanha uma parte que é reserva agrícola. Como tal, para que se possa desafetar o terreno desta reserva agrícola para não pôr em causa a futura construção da obra caso a candidatura seja aprovada, torna-se necessário o reconhecimento de interesse público municipal da obra e posterior aprovação da Assembleia Municipal. Para nós faz todo o sentido passarmos a ter mais unidades de cuidados continuados.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, PROPOR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS EFETUADO PELA OBRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FREGUESIA DE SOBROSA, FUNDAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CONFORME INFORMAÇÃO TÉCNICA.

11 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL (CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS E DELEGAÇÕES DA CRUZ VERMELHA) - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Proteção Civil, com o número de identificação de processo geral, setenta e seis mil cento e trinta e nove, datada de nove de novembro do corrente ano, relacionada com a doação de equipamentos de EPI's - Prevenção e combate à COVID19.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL AOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL MUNICIPAL NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA.

12 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS NO ÂMBITO DAS DESPESAS COM O TRANSPORTE PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro da Proteção Civil com o número de identificação de processo geral, setenta e seis mil cento e trinta e um, datada de nove de novembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a proposta de atribuição de subsídio às corporações de Bombeiros para apoio nas despesas com o abastecimento de água para consumo no decorrer da "Seca Extrema".

Os vereadores Dr. Francisco Leal e Dr. Renato Almeida, não participaram na discussão e votação do presente assunto.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS PARA APOIO NAS DESPESAS COM O ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO NO DECORRER DA "SECA EXTREMA", NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.



\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 


O Vereador, Sr. Ricardo Sousa, em nome do PSD, fez a seguinte declaração de voto: “Como no passado, votaremos a favor, por ser um trabalho prestado pelos bombeiros, mas queremos salvaguardar, que os subsistemas que cobram a distribuição da água, também deveriam ser corresponsabilizados nestes pagamentos, pois vão auferir as receitas da respetiva prestação de serviços”.

### 13 - ALTERAÇÃO DO VALOR DA TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS PARA 2023 DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 102-D/2020 DE 10 DE DEZEMBRO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro do Ambiente, Divisão de Ambiente, com o número de identificação de processo geral, setenta e quatro mil oitocentos e setenta e quatro, datada de quatro de novembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a proposta de alteração do valor da Taxa de Gestão de Resíduos para o ano 2023.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que observou: “Como já é do conhecimento público, é obrigatório que esta taxa de gestão de resíduos seja debitada aos consumidores finais que, neste caso, são os produtores destes resíduos. Como não podia deixar de ser, o Município passou a fazê-lo e todos os anos terá de ser atualizada uma vez que essa taxa é calculada tendo em conta a deposição de resíduos em aterro. Estou convicto que cada vez mais este valor vai ser menor, tanto mais que estamos constantemente a fazer investimentos com a colocação de novos ecopontos além de que, também os resíduos orgânicos passarão a ser retirados dos aterros. O que é certo é que a deposição é menor, mas, no fundo, a taxa serve para sensibilizar os consumidores a fazerem a separação dos resíduos e por isso a taxa tem aumentado de ano para ano”.


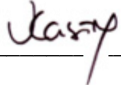
Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que disse: “Sobre esta taxa, quero perguntar-lhe concretamente se este valor podia ou não ser diluído no valor que é pago pelos resíduos sólidos? Por exemplo, se há um pagamento de 6 euros/mês, este valor podia perfeitamente ser amortizado, inclusive o aumento de 11 cêntimos ou até mesmo o valor de 2.44 €, podiam perfeitamente ser assumidos na parte do Município. Isto porque a receita total, já fizemos as contas cá e não é assim tão significativa para o orçamento municipal. Este valor podia ser diluído

  
\_\_\_\_\_


  
\_\_\_\_\_

no valor que já é pago? Curiosamente, a Lei é de 2020 e este valor não foi implementado em 2021. Porque motivo é que só foi implementado em 2022? O valor dos resíduos sólidos fixado pelo Município é de 18 €, o valor da TGR podia ou não ser diluído nesse valor, atendendo a que vivemos tempos difíceis? Na fatura vem mencionado como *Receita Estado – Taxa de Gestão de resíduos*, a receita não é para o Município? Quando são *Receitas-Estado* eu presumo que é uma receita para o Estado e aqui o valor vem para o Município e em relação aos aterros, há muitos municípios que promovem e sensibilizam de uma forma clara para que haja uma separação do lixo. Quais são as políticas que têm sido adotadas em Paredes para minimizar, porque aquilo que tem sido feito e é corrente é penalizar-se todos e aqueles que efetivamente fazem a separação não têm qualquer benefício e está-se a penalizar com um aumento generalizado. Ainda há dias aprovaram a aplicação desta taxa e agora há uma correção com um aumento. Queria perguntar-lhe se havia necessidade da aplicação desta taxa ou se podia ter absorvida na TRSU, uma vez que o Município já cobra 6 €/mês e serão mais de 2 euros de taxa? Porque razão na fatura é mencionado *Receita Estado* e acima diz *Taxa de Resíduos Sólidos*? Mas este valor é ou não é para o Município?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio novamente e esclareceu: “Senhor vereador, esta TGR é uma taxa instituída pelo Estado no sentido de desincentivar as pessoas a colocarem todo o lixo no indiferenciado e esse é mesmo o objetivo. A própria Lei obriga que os municípios não suportem esta taxa pelo que tem que ser debitada aos clientes e uma coisa é as pessoas saberem o que é a taxa de recolha do lixo e outra é saberem o que é essa taxa que estão a pagar ao Estado que nós recolhemos e temos que a entregar ao Estado. Esta taxa só foi aplicada em 2022 porque foi o tempo que os serviços precisaram para encontrar a fórmula de cálculo e passar a debitar, se tivessem conseguido mais cedo, teria sido aplicada nessa altura. Nós temos feito mais do que sensibilizar, para haver separação tem que haver ecopontos que têm que estar a menos de 200 metros das habitações e nós cumprimos todas essas regras. Para ter uma ideia, a média de ecopontos por habitantes em Portugal é de 238 habitantes por ecoponto, em Paredes, temos 219 habitantes por ecoponto, estamos quase na média nacional e a nossa ideia é aumentar esta percentagem. Isto porque apesar de estarmos quase na média, o que é certo é que, nomeadamente nas cidades, poderemos talvez ter um rácio de 250 ecopontos por habitante e noutras freguesias, se calhar, em vez de 219, temos 180, portanto, existem aqui desigualdades. Segundo diz uma

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

informação do Senhor Vereador do Ambiente destinada à AMBISOUSA, “... a georreferenciação dos locais de implantação dos equipamentos tem permitido aperfeiçoar a distribuição dos ecopontos em função das densidades populacionais e garantir que a generalidade dos habitantes tenha acesso a um ecoponto a menos de 200 metros da sua habitação. Contudo, apesar do Concelho de Paredes apresentar um bom índice, verifica-se que essa distribuição não é equilibrada pela população de cada freguesia. Nesse sentido os serviços do ambiente têm recebido, ou pelas juntas de freguesia ou diretamente pedidos para a colocação de mais ecopontos. Os serviços técnicos do ambiente analisaram esses pedidos de colocação de ecopontos sendo que em 29 desses pedidos, se justifica a respetiva colocação o mais urgente possível.” Portanto, nós temos desde já identificados 29 ecopontos que deviam ser colocados o mais rapidamente possível. A AMBISOUSA começou a fazer este serviço de recolha há cerca de 2 anos, ainda não está totalmente afinado e nós até pusemos a hipótese de os nossos camiões fazerem esta recolha porque recolhem os indiferenciados, aqueles que estão enterrados. Se a AMBISOUSA a curto prazo não tiver hipótese de fazer isso, nós vamos assumir a recolha nalgumas freguesias e debitamos-lhe esse serviço que é da sua responsabilidade. Só porque a AMBISOUSA não tem capacidade de o fazer, nós não podemos deixar que a população fique sem esse serviço e eu estou na disposição de contribuir para a solução e não para o agudizar do problema. Para além disso, se há Concelho que está apostado no aumento da valorização dos resíduos somos nós, ou seja, quando nós nos dispusemos a ter um equipamento industrial numa das nossas zonas industriais justamente para valorizar os resíduos orgânicos, isso mostra o quanto estamos empenhados em resolver este problema. O que lhe posso dizer é que dos 6 Municípios abrangidos pela AMBISOUSA, nós somos pioneiros neste serviço, somos nós que mais apertamos a AMBISOUSA e que mais trabalho fazemos a este nível. Já sugerimos à AMBISOUSA, porque a fábrica só ficará pronta no próximo ano, a colocação antecipada de contentores castanhos junto dos restaurantes, do hospital, daqueles que são os grandes consumidores e enquanto a fábrica não estiver pronta, temos que mandar para a fábrica da LIPOR que está disponível para receber os nossos resíduos orgânicos e já é isso que se retira dos aterros. Temos de fazer todos os esforços para diminuir a deposição em aterros até porque têm limite de utilização e depois teremos de mandar para incineração, mas até lá, essa taxa tem obrigatoriamente que ser debitada aos utentes, não pode ser o Município a assumir. Como sempre o fizemos, deixo-lhe a garantia de que se houver um paredense que não tenha condições para pagar a TGR como acontece com a TRSU, bastará fazer o pedido à Ação Social e nós não deixaremos de apoiar sob a forma de apoio social,

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

dado que não poderemos fazê-lo de outra forma. Os cálculos para 2023 têm a ver com a recolha do ano anterior.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SETE VOTOS A FAVOR DO PS E DOIS VOTOS CONTRA DO PSD, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO VALOR DA TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS PARA O ANO 2023, DE ACORDO COM O DECRETO-LEI Nº 102-D/2020 DE 10 DE DEZEMBRO. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em nome do PS fez a seguinte declaração de voto: “A alteração à TGR é aprovada com os votos do PS uma vez que a sua não aplicação seria cometer uma ilegalidade e como tal, nós somos vereadores responsáveis e não cometemos ilegalidades. Além disso, temos o serviço social à disposição dos munícipes que, por dificuldades económicas, tenham dificuldade em cumprir esta obrigação legal.”

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD fez a seguinte declaração de voto: “O PSD votou contra atendendo a que aumentar o que os munícipes pagam, ainda por cima nesta altura, é acentuado sendo que o que faria sentido seria diminuir o valor dos resíduos sólidos que no caso, este ano, teria sido de 3,80 €/mês e juntaria os 2,44 € que passariam a pagar e no fim a conta seria a mesma. Pagariam a taxa imposta pelo Município e não teriam na sua carteira o sentimento deste peso de todos os meses terem que pagar mais atendendo a que, como foi provado numa reunião anterior, o valor até não é assim tão acentuado em termos gerais para o Orçamento e seria um contributo e uma ajuda para os mais desfavorecidos do Concelho para que dessa forma mantivessem o mesmo valor a pagar e não sentissem este aumento contínuo.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, a partir desta altura, o Senhor vereador Dr. Francisco Leal estaria ausente da reunião por motivos de trabalho.

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

#### 14 - PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TRSU - DIFICULDADES ECONÓMICAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro do Ambiente, Divisão do Ambiente, com o número de identificação do processo geral setenta e seis mil duzentos e quarenta, datada de dez de novembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 19 processos de isenção do pagamento da tarifa de resíduos sólidos urbanos por dificuldades económicas e ao abrigo do artigo 66º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços Municipais, objeto de parecer técnico favorável pelo Pelouro da Ação Social, bem como a anulação das dívidas existentes em todas as situações que a mesma informação prevê e ainda a listagem de requerimentos cujo parecer técnico foi desfavorável.



Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que salientou: “Eu penso que nós até não vamos poder isentar ninguém do TGR, podemos é atribuir um subsídio a quem o solicitar para o pagamento da taxa.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DOS RELATÓRIOS SOCIAIS E AO ABRIGO DO ARTIGO 66º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, BEM COMO A ANULAÇÃO DA DÍVIDA EXISTENTE EM TODAS AS SITUAÇÕES PREVISTAS NA INFORMAÇÃO APRESENTADA. MAIS DELIBERA A NÃO ATRIBUIÇÃO DA ISENÇÃO AOS 2 PROCESSOS OBJETO DE PARECER TÉCNICO DESFAVORÁVEL CONSTANTES DA MESMA INFORMAÇÃO.

#### 15 - APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião uma informação proveniente do Pelouro da Proteção Animal, com o número de identificação do processo geral setenta e seis mil quatrocentos e quarenta e nove,

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

datada de dez de novembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, 9 processos relacionados com o apoio à esterilização de cães e gatos.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 12º DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS E NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA, APROVAR OS PEDIDOS DE APOIO CONSTANTES DA MESMA.

#### 16 - DOAÇÃO DE OBRA DE ARTE À CASA DA CULTURA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Cultura e Turismo, Unidade de Dinamização Cultural e Turismo, com o número de identificação de processo geral setenta e três mil oitocentos e setenta e cinco, datada de dois de novembro do corrente ano, relacionada com a doação de obras de arte à Casa da Cultura de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, ACEITAR A DOAÇÃO, BEM COMO APROVAR A RESPETIVA MINUTA DO AUTO DE DOAÇÃO A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

#### 17 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO GRUPO ZÉS PEREIRAS DE S. MIGUEL DE GANDRA PARA AQUISIÇÃO DE FARDAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião um email proveniente do Grupo Zés Pereiras de S. Miguel de Gandra, com a referência, 2022,ECM,E,01,9046, datado de doze de outubro do corrente ano, a solicitar a atribuição de subsídio para aquisição de fardas para os Bombos.

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

O PRESENTE ASSUNTO FOI RETIRADO DA ORDEM DE TRABALHOS.

18 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL JOSÉ GUILHERME PACHECO, CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE PAREDES NO ÂMBITO DO "V PAREDES NYCKELHARPA MEETING" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Cultura, Património Cultural, Biblioteca e Arquivo, com o número de identificação de processo geral sessenta e seis mil setecentos e oito, datada de quatro de outubro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de um subsídio à Associação Cultural José Guilherme Pacheco/Conservatório de Música de Paredes, no âmbito do "V Paredes Nyckelharpa Meeting".

Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 1.549,86 À ASSOCIAÇÃO CULTURAL JOSÉ GUILHERME PACHECO/CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE PAREDES, NO ÂMBITO DO "V PAREDES NYCKELHARPA MEETING".

19 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO RANCHO REGIONAL JUVENIL DA SRA DA HORA, NA FREGUESIA DE VILELA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Cultura e Turismo, Unidade de Dinamização Cultural e Turismo, com o número de identificação de processo geral setenta e um mil novecentos e sessenta e oito, datada de vinte e quatro de outubro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de um subsídio ao Rancho Regional Juvenil da Senhora da Hora - Vilela.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 500 AO RANCHO REGIONAL JUVENIL DA SENHORA DA HORA - VILELA.

20 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FREGUESIA DE GANDRA NO ÂMBITO DA "IX EDIÇÃO DA MOSTRA DE ARTESANATO" - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um email com a referência, 2022,ECM,E,01,9989, datado de oito de novembro do corrente ano, proveniente da Junta de Freguesia de Gandra, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de € 7.500 no âmbito da organização da IX Edição da Mostra de Artesanato.

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que disse o seguinte: “Senhor Presidente, sabe dizer-nos se havia valor atribuído nas mostras anteriores e qual era o valor atribuído?”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não tinha em mente os valores em causa pelo que solicitou ao vereador Dr. Renato Almeida que fizesse chegar essa informação ao Senhor vereador Ricardo Sousa.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 2.500 À FREGUESIA DE GANDRA NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DA IX EDIÇÃO DA MOSTRA DE ARTESANATO CONFORME PROPOSTO. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

O Senhor vereador Ricardo Sousa em nome do PSD, fez a seguinte declaração de voto: “Senhor Presidente, como não tem memória, só para lembrar que a Junta de Freguesia de Gandra fez a festa das Associações e recebeu um subsídio de 3.500 €, fez o torneio Rui Barros e recebeu um subsídio de 2.000 € e faz agora a Mostra de Artesanato e vai receber 2.500 €. Espero que o tratamento seja igual para todas as freguesias.”



\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

21 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À BANDA DE MÚSICA DE CÊTE PARA REALIZAÇÃO DE CONCERTO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um email proveniente da Banda de Música de Cete, com a referência, 2022,ECM,E,01,8579, datado de dois de outubro do corrente ano, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de € 19.000 para a realização de um concerto.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 19.000 À BANDA DE MÚSICA DE CETE PARA A REALIZAÇÃO DE UM CONCERTO.


22 - PEDIDO DE APOIO PONTUAL EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 67962/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, sessenta e sete mil novecentos e sessenta e dois, datada de vinte e cinco de outubro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico pontual de carácter urgente e excecional.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PONTUAL DE CARÁTER URGENTE E EXCECIONAL - NIPG 67962/22.

23 - PEDIDO DE APOIO PONTUAL EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

**ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 68314/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, sessenta e oito mil trezentos e catorze, datada de vinte e sete de outubro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico pontual de carácter urgente e excepcional.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PONTUAL DE CARÁTER URGENTE E EXCECIONAL - NIPG 68314/22.

**24 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 68696/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, sessenta e oito mil seiscentos e noventa e seis, datada de vinte e sete de outubro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico para aquisição de prótese dentária.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO ARTIGO 4º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, NIPG: 68696/22.

**25 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA**

\_\_\_\_\_ 97 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Kasp \_\_\_\_\_

PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 73038/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, setenta e três mil e trinta e oito, datada de vinte e oito de outubro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico referente ao pedido de apoio económico para aquisição de medicação.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 12º DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO - NIPG: 73038/22.

26 - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 59285/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e nove mil duzentos e oitenta e cinco, datada de dezoito de outubro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal, o relatório social e respetivo parecer técnico referente ao pedido de apoio económico para aquisição de medicação.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 12º DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAÇÃO - NIPG: 59285/22.

\_\_\_\_\_ 97 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Karp \_\_\_\_\_

27 - PEDIDO DE APOIO PONTUAL EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 61318/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, sessenta e um mil trezentos e dezoito, datada de dois de novembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico pontual de carácter urgente e excecional.

Colocado o assunto a votação,


A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PONTUAL DE CARÁTER URGENTE E EXCECIONAL - NIPG 61318/22.

28 - PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PONTUAL EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 62169/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, sessenta e dois mil cento e sessenta e nove, datada de vinte e oito de outubro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico pontual de carácter urgente e excecional.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

APOIO ECONÓMICO PONTUAL DE CARÁTER URGENTE E EXCECIONAL - NIPG 62169/22.

29 - PEDIDO DE APOIO PONTUAL EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL E AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS - NIPG Nº 63667/22 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, sessenta e três mil seiscentos e sessenta e sete, datada de onze de novembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o relatório social e respetivo parecer técnico, referente ao pedido de apoio económico pontual de carácter urgente e excecional.


Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR NOS TERMOS E FUNDAMENTOS DO RELATÓRIO SOCIAL E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS, O PEDIDO DE APOIO ECONÓMICO PONTUAL DE CARÁTER URGENTE E EXCECIONAL - NIPG 63667/22.

30 - PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO PARA ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO CHEQUE-PRENDA AO RECÉM-NASCIDO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social, com o número de identificação de processo geral, setenta e seis mil e noventa e quatro, datada de nove de novembro do corrente ano, relacionada com a publicitação do início do procedimento para elaboração do Regulamento para Atribuição do Cheque-Prenda ao Recém-Nascido.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que observou: “Nós entendemos que, ainda que de uma forma simbólica se bem que multiplicado por muito dê um valor significativo, é um sinal que nós temos que dar à população de Paredes porque queremos incentivar a natalidade no Concelho de Paredes. É óbvio que não é por esta razão que poderão nascer mais ou menos

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

crianças, de qualquer forma eu acho que é um gesto bonito e é uma prenda de 50 € que permitirá ajudar na compra de algo para o recém-nascido. Para o ano vamos instituir este cheque-prenda e este é o procedimento para analisar e para apresentação de eventuais contributos que irão para discussão pública e posteriormente para aprovação em reunião de Câmara.”

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que salientou: “Ficamos contentes porque o PSD há muito tempo que tem esta proposta em cima da mesa, não eram 50 €, eram 500 € + 500€ e faria todo o sentido que a proposta fosse muito mais longe.”

O Senhor Presidente voltou a usar da palavra e referiu: “Senhor vereador, isso mostra que não tem mesmo noção dos factos porque nascem à volta de 800/900 crianças em Paredes, se nós atribuíssemos 1.000 € como disse, dava 800 mil euros. Ainda bem que não é o Presidente da Câmara de Paredes.”

Na prossecução da sua intervenção, o Senhor vereador Ricardo Sousa acrescentou: “Senhor Presidente, eu até dou de barato para quem dá 3 ou 4 milhões por ano em subsídios, dizer que as crianças efetivamente não precisariam de 800 mil euros. Fica o registo daquilo que disse porque é sensato e equilibrado dizer que um apoio de 800 mil euros à natalidade era uma ajuda avultada num Orçamento de 50 milhões de euros e espero que os pais deste Concelho fiquem com essa memória para futuro. Eu disse que iria muito mais longe, dar 500 euros quando nasciam e reforçar com 500 euros à entrada do 1º ciclo se a criança se mantivesse a viver em Paredes, sendo que metade do valor atribuído fosse um cheque que seria obrigatoriamente gasto no comércio local no Concelho de Paredes. Isto é que faria sentido e seria um verdadeiro apoio, nós votaremos a favor, mas dar um cheque-prenda de 50 euros aos pais, de fato, é mesmo para o estímulo.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR:

- 1- A AUTORIZAÇÃO PARA O INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE APROVAÇÃO DO CITADO REGULAMENTO;
- 2- A NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO DO PROCEDIMENTO - DR<sup>a</sup> MARIA JOÃO PINHO - CHEFE DA UNIDADE INTERMÉDIA DA UNIDADE DE

\_\_\_\_\_ 97 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Kasp \_\_\_\_\_

HABITAÇÃO, REDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL;

3- A FIXAÇÃO DO PRAZO PARA CONSTITUIÇÃO DE INTERESSADOS E APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA A ELABORAÇÃO DO REFERIDO REGULAMENTO: 15 DIAS;

4- A FORMA DE APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUTOS: COMUNICAÇÃO ESCRITA QUE CONTENHA NOME COMPLETO, MORADA E NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL, ENVIADA POR CORREIO ELETRÓNICO PARA O SEGUINTE ENDEREÇO:  
[mjoao.pinho@cm-paredes.pt](mailto:mjoao.pinho@cm-paredes.pt)

31 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ADIL - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE LORDELO PARA CUSTEAR DESPESAS INERENTES AO ACOLHIMENTO NA CASA DE ALOJAMENTO DE EMERGÊNCIA DE MUNICÍPES EM RISCO SOCIAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro de Ação Social com o número de identificação de processo geral, setenta e um mil oitocentos e quarenta, datada de vinte e quatro de outubro do corrente ano, relacionada com despesas de acolhimento de um munícipe.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 50 À ADIL - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE LORDELO PARA CUSTEAR DESPESAS INERENTES AO ACOLHIMENTO NA CASA DE ALOJAMENTO DE EMERGÊNCIA DE UM MUNÍCIPE EM RISCO SOCIAL.

32 - REGISTO DOS PEDIDOS DE APOIO INDEFERIDOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA PAREDES SOCIAL AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS SOCIAIS E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS RELATIVOS AOS PROJETOS/RESPOSTAS SOCIAIS - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, uma informação proveniente do Pelouro de Ação

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

Social com o número de identificação de processo geral, setenta e seis mil seiscientos e um, datada de onze de novembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal o registo dos pedidos de apoio indeferidos no âmbito do programa “PAREDES SOCIAL” e ao abrigo do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

### 33 - PROPOSTA DE ADESÃO À REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente do Pelouro da Saúde com o número de identificação de processo geral, setenta e três mil cento e vinte, datada de vinte e oito de outubro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal a proposta de adesão à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que disse: “Esta é uma rede que visa a partilha de experiências nacionais e internacionais ao nível da saúde entre vários municípios.”

Foi dada a palavra ao Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou o seguinte: “Tal como quando foi a readesão do Município à Associação de Municípios Portugueses de Vinho, nós aqui gostávamos de saber qual é a causa/efeito, porque refere Rede de Municípios Saudáveis. Ao lermos o documento vemos a promoção de uma discussão sobre a delegação de competências na área da Saúde onde, inclusive, aconselha a olhar para a Saúde de outra maneira, como uma visão holística. É isto que queremos, uma visão holística no plano da saúde? Se for aprovado nós vamos ter que pagar 2.417,20 € de quotas anuais e há pouco na discussão do ponto 30, estranhamente achou muito dinheiro o que propusemos para um recém-nascido e neste caso vamos dar mais de dois mil euros para adesão a uma Associação que promove uma rede de municípios saudáveis que promoverá uma discussão da Saúde em várias vertentes sendo a mais elencada, a visão holística no plano da Saúde. Quais são os benefícios e a causa/efeito desta adesão, que mais valias vai trazer ao Município de Paredes.”



\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu: “Nós também já pertencemos à Rede Portuguesa de Cidades Educadoras e isso tem permitido a partilha de experiências entre os municípios, tem permitido nós fazermos *benchmarking*, saber o que os outros estão a fazer a nível internacional e permite-nos, inclusive, promover o Concelho de Paredes como ainda agora fizemos na Coreia do Sul com o Festival de Artes em Madeira. Neste caso, vai acontecer o mesmo ao nível da Saúde, ainda para mais agora que adquirimos mais competências nesta área. Acho que é importantíssimo nós sabermos quais são as melhores práticas a este nível para podermos depois, com toda a humildade, se houver melhores práticas que aquelas que temos aqui, podermos replicá-las.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SEIS VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR A PROPOSTA DE ADESÃO À REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS (RMMS). MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

34 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO "NO POUPAR ESTÁ O GANHO" - FUNDAÇÃO ANTÓNIO CUPERTINO DE MIRANDA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um mail proveniente da Fundação Cupertino de Miranda com a referência, 2022,ECM,I,01,12438 datado de vinte de setembro do corrente ano, relacionada com apoio financeiro no âmbito do projeto de educação financeira “No Poupar Está o Ganho”.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR O APOIO FINANCEIRO À FUNDAÇÃO CUPERTINO DE MIRANDA NO VALOR DE € 1.900, NO ÂMBITO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA “NO POUPAR ESTÁ O GANHO”

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

PARA A PARTICIPAÇÃO DE 5 TURMAS PARA O ANO LETIVO 2022/2023 CONFORME PROPOSTO.

35 - ATUALIZAÇÃO DA ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO E O MUNICÍPIO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Educação com o número de identificação de processo geral, setenta e seis mil oitocentos e setenta e três, datada de catorze de novembro do corrente ano, relacionada com a adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Área Metropolitana do Porto e o Município de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM SEIS VOTOS A FAVOR DO PS E DUAS ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR A ATUALIZAÇÃO DO COMPROMISSO REFERENTE AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - AUTORIDADE DE TRANSPORTES, ENTRE A AMP - ÁREA METROPOLITANA DO PORTO E O MUNICÍPIO DE PAREDES, TAMBÉM ATUALIZADO NA SUA CLÁUSULA 22ª, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO APRESENTADA. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

36 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE REBORDOSA PARA A REALIZAÇÃO DO 10º RAID DE BTT - CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde, com o número de identificação de processo geral, sessenta e sete mil seiscientos e setenta e dois, datada de vinte de outubro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de um subsídio à Associação Cultural e Recreativa de

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rebordosa para a realização do 10º Raid de BTT.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 630, À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE REBORDOSA PARA A REALIZAÇÃO DO 10º RAID DE BTT, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

37 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO REBORDOSA ATLÉTICO CLUBE - PARA APOIO À DESLOCAÇÃO À MADEIRA - JOGO COM A A.D. CAMACHA E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde, com o número de identificação de processo geral, setenta e seis mil e quinhentos, datada de onze de outubro do corrente ano, a propor ao Executivo Municipal a atribuição de um subsídio ao Rebordosa Atlético Clube no âmbito da deslocação à Madeira.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que salientou: “Como sabem esta nossa equipa do Concelho subiu ao CNS está inserida numa série que obriga a 3 deslocações à Madeira. Como tal e apesar de existir um Orçamento nunca imaginariam ter que se deslocar 3 vezes à Madeira pelo que entendemos que teríamos de fazer um esforço para os apoiar nessas deslocações. Este é o 1º apoio e acho que fará todo o sentido apoiar qualquer uma das outras deslocações.”

Pedi a palavra o Senhor vereador Ricardo Sousa que afirmou: “No passado o apoio já foi dado a outras equipas, será natural em função das despesas que possam ter. Pergunto se a acompanhar a equipa do Rebordosa irá alguma delegação do Executivo Municipal?”

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu: “Vai porque entendemos que faz todo o sentido, vamos com a equipa no sábado de manhã e regressamos no domingo à noite. Posso dizer-lhe e sem falsa modéstia, que já quando acompanhámos a deslocação do Paredes para o jogo da fase final com o Marítimo, é óbvio que eles não ganharam devido à nossa presença, mas a força que lhes transmitimos poderá ter contribuído um pouco. Foi com aquela vitória que todos acreditaram que podíamos ser campeões nacionais como fomos:”


O Senhor vereador Ricardo Sousa interveio novamente e acrescentou o seguinte: “Senhor Presidente, como sabe, eu sou associado e adepto do Rebordosa e quando posso vou sempre ver os jogos, mas vou a expensas próprias. A questão era se na aprovação contemplava uma comitiva do Executivo Municipal.”

Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Não, não é neste valor, é num outro procedimento que temos para viagens que o Executivo, como é óbvio, entende que se deve fazer representar para acompanhar a equipa. Entendemos que é importante nestes casos e tendo em conta que é a 1ª deslocação do Rebordosa no Campeonato Nacional, entendemos que era importante mostrar este sinal de que o Executivo Municipal está com esta equipa.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 9.248,50, AO REBORDOSA ATLÉTICO CLUBE NO ÂMBITO DA DESLOCAÇÃO À MADEIRA PARA O JOGO A REALIZAR COM A A.D. CAMACHA, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO, A QUAL FOI PREVIAMENTE REMETIDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

38 - MINUTAS DOS CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - ADEQUADAS AO PLANO NACIONAL DE ÉTICA NO DESPORTO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Unidade de Gestão de Pavilhões e Promoção da Atividade Física e Saúde, com o número de identificação de processo geral, setenta e seis mil seiscientos e noventa e oito, datada de onze de novembro do corrente ano, a remeter ao Executivo Municipal as minutas dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo adequadas ao Plano Nacional de Ética no Desporto.


Foi dada a palavra ao vereador Dr. Renato Almeida que disse o seguinte: “A bandeira da ética é uma iniciativa do IPDJ que tem como base certificar iniciativas, eventos, projetos e mesmo entidades. O que nós vamos fazer aqui é adaptar as minutas para que a Câmara possa ser uma dessas entidades e pretendemos nos próximos eventos do Município ter essa bandeira da ética como lema. Aproveito para informar que vamos ter no dia 22 de novembro às 19.00 horas uma tertúlia sobre ética e valores no desporto em que vão participar os clubes paredenses que já têm esta bandeira da ética que neste caso são, o Rebordosa Atlético Clube, o Aliados Futebol Clube de Lordelo, o Sport Clube Nun’Álvares e o União Sport Clube de Paredes.”

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que acrescentou: “Entendemos nós que este é um pilar fundamental da prática do desporto sobretudo no desporto de formação e como tal, fazia todo o sentido adaptar as minutas.”

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS MINUTAS DOS CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ADEQUADAS AO PLANO NACIONAL DE ÉTICA NO DESPORTO AS QUAIS FORAM PRVIAMENTE REMETIDAS A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

39 - IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO NOS DOIS LADOS DO SENTIDO ÚNICO E DE UM LUGAR PARA MOBILIDADE CONDICIONADA NA RUA DE TIMOR, FREGUESIA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, setenta e dois mil oitocentos e sessenta e sete, datada de vinte e sete de outubro do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de implantação de sinalização vertical e horizontal de lugares de estacionamento nos dois lados do sentido único e de um lugar para mobilidade condicionada na Rua de Timor, freguesia de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO NOS DOIS LADOS DO SENTIDO ÚNICO E DE UM LUGAR PARA MOBILIDADE CONDICIONADA NA RUA DE TIMOR, FREGUESIA DE PAREDES, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

40 - SINALIZAÇÃO VERTICAL DE PARQUEAMENTO PRIVATIVO NA RUA DA ESTREBUELA, FRENTE AO JARDIM DE INFÂNCIA DA ESTREBUELA, EM CASTELÕES DE CEPÊDA, NA FREGUESIA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, setenta e dois mil novecentos e vinte e quatro, datada de vinte e sete de outubro do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à proposta de colocação de sinalização vertical de parqueamento privativo na Rua da Estrebuela, frente ao Jardim de Infância da Estrebuela, em Castelões de Cepeda, atual freguesia de Paredes.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES

\_\_\_\_\_ 97 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Kasp \_\_\_\_\_

ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À PROPOSTA DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE PARQUEAMENTO PRIVATIVO NA RUA DA ESTREBUELA, FRENTE AO JARDIM DE INFÂNCIA DA ESTREBUELA, EM CASTELÕES DE CEPEDA, ATUAL FREGUESIA DE PAREDES, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

41 - CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NA AVENIDA PADRE AMÉRICO, NA FREGUESIA DE BEIRE E COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração Direta, com o número de identificação de processo geral, setenta e quatro mil cento e cinquenta e três, datada de três de novembro do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à construção de passeios na Avenida Padre Américo, na freguesia de Beire e colocação de sinalização vertical e horizontal.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NA AVENIDA PADRE AMÉRICO, NA FREGUESIA DE BEIRE E COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

42 - CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NA AVENIDA 25 DE ABRIL E VIA DESIGNADA COMO V2 FRENTE AO CENTRO ESCOLAR DE VILELA E COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, NA FREGUESIA DE VILELA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Conservação e Administração

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

Direta, com o número de identificação de processo geral, setenta e seis mil e trinta e três, datada de nove de novembro do corrente ano, a remeter as partes escritas e desenhadas relativas à construção de passeios na Avenida 25 de Abril e via designada como V2 frente ao Centro Escolar de Vilela e colocação de sinalização vertical e horizontal, na freguesia de Vilela.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS NA AVENIDA 25 DE ABRIL E VIA DESIGNADA COMO V2 FRENTE AO CENTRO ESCOLAR DE VILELA E COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, NA FREGUESIA DE VILELA, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO DAQUELE ÓRGÃO.

43 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DAS OBRAS S. VICENTE PAULO - CENTRO SOCIOEDUCATIVO E PROFISSIONAL DA PARTEIRA NA FREGUESIA DE LORDELO, PARA AQUISIÇÃO DE BOMBA DE CALOR - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta para atribuição de um subsídio à Associação das Obras de S. Vicente Paulo – Centro Socioeducativo e Profissional da Parteira, na freguesia de Lordelo, para aquisição de bomba de calor.

Colocado o assunto a votação,

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO NO VALOR DE € 9.000 À ASSOCIAÇÃO DAS OBRAS S. VICENTE PAULO - CENTRO SOCIOEDUCATIVO E PROFISSIONAL DA PARTEIRA NA FREGUESIA DE LORDELO PARA AQUISIÇÃO DE BOMBA DE CALOR CONFORME PROPOSTO.

44 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto no artigo quadragésimo nono da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, tendo solicitado o uso da palavra o Senhor Manuel Pinho.

**Manuel Pinho** - Questionou se já tinha chegado alguma decisão do Tribunal de Contas acerca dos empréstimos para pagamento do Resgate. Solicitou esclarecimentos sobre os veículos a ser usados e se os mesmos têm em atenção a sustentabilidade ecológica e se há alteração na política do Município relacionada com o aluguer de alguns veículos. Solicitou esclarecimentos quanto ao que corresponde o referido e recente aluguer de veículos e se tal facto corresponde a uma mudança de paradigma na gestão dos veículos da autarquia. Afirmou que o PSD anda a reboque da coligação “Juntos Por Paredes” e defendeu a importância na divulgação dos resultados do inquérito, pois que, é importante que os paredenses saibam o que é importante para o futuro do Concelho. Reforçou que a posição do executivo relativamente à transmissão das reuniões via Facebook devia ser alterada. Realçou o trabalho desenvolvido pelo Pelouro da Cultura pela intensidade dos eventos culturais no que elogiou a vereadora Dr<sup>a</sup> Beatriz Meireles e destacou a 1<sup>a</sup> Edição do Festival das Artes em Madeira. Questionou sobre a razão pela qual a vereadora não esteve presente na entrega do prémio “Cidades Educadoras” que foi importante para Paredes tal como foi a valorização do Festival. Sugeriu que fossem levadas a cabo mais campanhas de sensibilização e informação nas áreas de apoio social, energia, cultura e educação, pois que, existem muitos eventos pelo que seria necessário e importante uma maior divulgação e sensibilização para os eventos. Relativamente à TGR disse concordar com a visão do Presidente da Câmara dado que o futuro passará pela fábrica de transformação dos resíduos. Sugeriu que a Câmara ajude os paredenses que já façam a recolha dos resíduos orgânicos através da atribuição de um subsídio. Acrescentou que, tendo a aplicação da taxa o objetivo de desincentivar, poder-se-ia incentivar valorizando quem procede em conformidade.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Em relação ao Tribunal de Contas, foram solicitados mais alguns elementos, contamos que em breve possamos ter o visto. Quanto à questão do sistema de transportes, nesta fase está a ser feito o estudo, a ideia é ter um sistema de transportes, quer dentro da cidade de Paredes, quer das outras cidades e vilas a vir para Paredes, portanto, haver um sistema de transportes interno. No fundo, já temos um sistema

\_\_\_\_\_ 

\_\_\_\_\_ 

semelhante para as escolas e agora a ideia é alarga-lo para que haja mais mobilidade no Concelho. Em relação à gratuitidade, isso ainda está a ser estudado, mas não achamos que as pessoas não valorizem tudo aquilo que é gratuito. Haverá sempre o pagamento de algum valor como acontece em qualquer sistema de transportes e a parte da oferta que a procura não satisfizer terá de ser compensada pelo Município. Quanto aos resultados do inquérito, vão ser remetidos. Relativamente à questão do aluguer de viaturas foi uma opção e foi a forma encontrada para conseguirmos algumas viaturas numa altura em que estava a ser complicada a aquisição de viaturas no mercado. Toda a gente sabe que no momento uma viatura demora muito tempo a ser entregue e o aluguer tornou mais célere. Também corroboro da sua opinião relativamente ao excelente trabalho que tem sido desenvolvido pelo Pelouro da Cultura e quanto à participação da Vereadora, é óbvio que foi convidada para estar presente nas Cidades Educadores, mas não pôde e como tal, entendi que deveria ir eu e o vereador do Pelouro da Educação. Quanto à questão da sensibilização na área ambiental, temos tentado fazer isso ao máximo, ainda neste fim de semana tivemos uma iniciativa que correu muito bem, os *“Jovens Repórteres para o Ambiente”* que percorreram vários locais do Concelho com várias temáticas e fotografias, uma iniciativa para continuar no futuro. Relativamente ao apoio para a TGR, isso já está a ser equacionado, estamos a ver a forma de o fazer, vamos ter agora uma primeira experiência talvez lá para março. Numa parte do Concelho sugerida como pioneira, vamos começar a fazer a recolha porta a porta, e talvez já se consiga aferir quanto à adesão das pessoas em termos de quantidade de resíduos separada. Depois, talvez através do uso dos ecopontos, poderá conseguir-se alguma coisa e realmente dar-se um apoio que pode ser exatamente um apoio para as pessoas pagarem a TGR, poderá passar por aí e eu também defendo essa situação.

E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade.


Sendo doze horas, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.



CÂMARA MUNICIPAL  
**PAREDES**

Data Reunião - 2022/11/17





E eu, Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe de Divisão Administrativa, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.

